



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DA FEDERAÇÃO PSOL-REDE

Apresentação: 17/03/2023 17:14:17.917 - CE

REQ n.14/2023

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N° /2023

(Das senhoras Professora Luciene Cavalcante e Sâmia Bomfim, e dos senhores Chico Alencar, Glauber Braga, Ivan Valente e Tarcísio Motta)

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o tema “Reforma do Ensino Médio: Por que revogar?”

Senhor Presidente da Comissão de Educação:

Nos termos do artigo 24, inciso III, combinado com o artigo 255, ambos do RICD, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para que seja debatido o tema: *“Reforma do Ensino Médio: Por que revogar?”*

Para esse fim, sugerimos sejam convidados os seguintes debatedores:

- 1) Sra. **Andressa Pellanda**, Coordenadora da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação
- 2) Sr. **Thadeu Almeida**, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)
- 3) Sra. **Jade Beatriz**, presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)
- 4) Sr. **Heleno Araújo**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
- 5) Sra. **Katia Schwaickardt**, Secretária de Educação Básica – SEB/MEC
- 6) Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)

Justificação

A inclusão do ensino médio no ciclo básico da educação brasileira, consagrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é uma conquista civilizatória e uma sinalização de grande importância: ela significa que, nesta etapa, as e os adolescentes, em todo o país, devem receber, de modo igualitário, noções básicas para o exercício pleno de sua cidadania, e para o seu preparo para o futuro exercício de atividade laboral.

Trata-se, pois, de um instrumento de aprofundamento da democracia.



Isso não significa que o currículo do ensino médio, ou de qualquer outra etapa, seja algo intocável. Pelo contrário: o modelo educacional como um todo deve ser debatido democraticamente (a gestão democrática é um dos princípios da educação nacional, nos termos do artigo 206 da CF), para que sejam implementadas mudanças que acompanhem as transformações sociais e tornem as escolas atrativas e estimulantes para as novas juventudes que vão surgindo.

A Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio) é amplamente combatida por entidades estudantis, sindicatos de professores, associações científicas e movimentos sociais. Critica-se, em primeiro lugar, o instrumento por meio do qual a proposta tramitou no Congresso Nacional: a Medida Provisória nº 746/2017, editada por Michel Temer, que se sobrepuja, autoritariamente, a um amplo e inclusivo processo de debate sobre o tema; em segundo, o momento de implementação da dita Reforma: em plena pandemia de Covid-19, com aulas presenciais suspensas na maior parte das escolas, o que inviabilizou o debate democrático, dificultou o controle social e aprofundou processos de precarização e privatização da educação pública.

Fora estes pontos, aponta-se – por exemplo – a insuficiência de recursos para a implementação do Ensino Médio em tempo integral; a fragmentação dos conteúdos curriculares; a desregulamentação da profissão docente; a precarização da Educação de Jovens e Adultos e do ensino técnico (rebaixado à condição de “itinerário formativo”, e assim dissociado da formação geral básica); bem como o aprofundamento das desigualdades sociais e regionais.

No sentido contrário, entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Conselho Nacional de Educação (Conselho) manifestam-se favoravelmente à Lei nº 13.415/2017, que consideram modernizadora e bem-vinda. E o Ministério da Educação (MEC) sinaliza não ser favorável à revogação dessa Reforma implementada via Medida Provisória, que aparentemente considera possível corrigir e aperfeiçoar.

Em vista da relevância e urgência do debate que propomos, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2023.

Professora Luciene Cavalcante
PSOL/SP

Sânia Bomfim
PSOL/SP

Chico Alencar
PSOL/RJ

Glauber Braga
PSOL/RJ

Ivan Valente
PSOL/SP

Tarcísio Motta
PSOL/RJ





Requerimento (Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o tema “Reforma do Ensino Médio: Por que revogar?”

Assinaram eletronicamente o documento CD235135211600, nesta ordem:

- 1 Dep. Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)
- 2 Dep. Chico Alencar (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 3 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 4 Dep. Tarcísio Motta (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 5 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE

